

## ANÁLISE DOS CASOS DE ACIDENTES DO TRABALHO NO BRASIL ENTRE 2012 E 2022

MARIA ZILDA DE OLIVEIRA CONCEIÇÃO LIMA<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Mestranda em Análise e Planejamento Espacial (MAPEPROF), IFPI, Teresina-PI, eng.mariazilda@gmail.com

Apresentado no  
Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia – CONTECC  
6 a 9 de outubro de 2025

**RESUMO:** Este estudo analisa os principais indicadores de acidentes de trabalho no Brasil entre 2012 e 2022, com base nos dados dos Anuários Estatísticos do Ministério da Previdência Social. Foram examinadas seis taxas: incidência, de doenças ocupacionais, de acidentes típicos, de incapacidade temporária, de mortalidade e de letalidade. Os resultados apontam uma tendência de queda entre 2012 e 2017, seguida por oscilações. Em 2020, houve redução significativa em diversos indicadores, associada à pandemia de COVID-19. No entanto, os anos de 2021 e 2022 registraram aumento em todas as taxas, exceto doenças ocupacionais e letalidade, indicando agravamento nas condições de trabalho. O estudo destaca a necessidade de fortalecer políticas de prevenção e segurança no trabalho, com foco em ambientes laborais mais seguros, redução de riscos ocupacionais e proteção da saúde dos trabalhadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Anuários estatísticos de acidentes do trabalho, trabalhadores brasileiros, indicadores de acidente no trabalho.

### ANALYSIS OF WORKPLACE ACCIDENT CASES IN BRAZIL BETWEEN 2012 AND 2022

**ABSTRACT:** This study analyzes the main indicators of workplace accidents in Brazil between 2012 and 2022, based on data from the Statistical Yearbooks of the Ministry of Social Security. Six rates were examined: incidence, occupational diseases, typical accidents, temporary disability, mortality, and fatality. The results indicate a downward trend between 2012 and 2017, followed by fluctuations. In 2020, there was a significant reduction in several indicators, associated with the COVID-19 pandemic. However, the years 2021 and 2022 saw increases in all rates, except for occupational diseases and fatality, indicating worsening working conditions. The study highlights the need to strengthen prevention and workplace safety policies, focusing on safer work environments, reducing occupational risks, and protecting workers' health.

**KEYWORDS:** Statistical yearbooks of occupational accidents, brazilian workers, occupational accident indicators.

### INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, considera-se acidente de trabalho aquele que ocorre durante a execução de atividades profissionais em benefício da empresa, resultando em lesão física ou distúrbio funcional que possa provocar morte, perda ou redução, temporária ou permanente, da capacidade de trabalho. A legislação brasileira adota uma concepção ampla sobre o tema, abrangendo tanto os acidentes típicos e de trajeto quanto as doenças ocupacionais (Brasil, 1976).

No cenário nacional, os acidentes laborais representam um sério problema de saúde pública e exigem atenção constante do Ministério da Previdência Social e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em 2021, por exemplo, foram registrados 571,8 mil acidentes de trabalho e 2,5 mil mortes relacionadas ao ambiente laboral — um aumento de 30% em comparação ao ano anterior. Ainda nesse período, os custos com benefícios previdenciários foram expressivos: cerca de R\$ 17,7 bilhões com auxílio-doença e R\$ 70,6 bilhões com aposentadorias por invalidez (TRT da 4ª Região (RS), 2022). Diante desse contexto, a implementação de práticas de Segurança do Trabalho é essencial

para garantir ambientes laborais mais seguros, reduzindo a exposição a riscos e acidentes (Rodrigues Junior et al., 2023).

Entre os anos de 2012 e 2022, o Brasil acumulou um total de 6.774.543 notificações de acidentes de trabalho, incluindo 25.492 óbitos, 2.293.297 afastamentos e 2.448.239 registros junto ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN) (Tribunal Superior do Trabalho, 2022).

A divulgação oficial desses dados é realizada pelo Ministério da Previdência Social (MPS) por meio de seu site institucional (Brasil, s.d.). Anualmente, o órgão publica o Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (AEAT), que apresenta tabelas com estatísticas detalhadas sobre os acidentes (categorizados por tipo, por CID e por situação) e os principais indicadores correspondentes aos anos corrente e anterior (MTE 2012-2022).

Diante disso, o presente estudo tem como proposta reunir e apresentar os principais indicadores dos acidentes de trabalho no Brasil, com base nos dados contidos nos AEAT referentes ao período de 2012 a 2022, por meio de representações gráficas que possibilitem melhor visualização das variações ocorridas ao longo do tempo.

## MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia adotada neste estudo foi estruturada em duas fases. Na primeira, realizou-se o levantamento e a coleta dos dados disponíveis nos Anuários Estatísticos de Acidentes do Trabalho (AEAT), referentes ao período de 2012 a 2022, os quais estão acessíveis no site oficial do Ministério da Previdência Social (MPS) do Governo Federal (Brasil, s.d.). Em seguida, os dados extraídos foram organizados em tabelas com os principais indicadores de acidentes de trabalho no Brasil, que serviram de base para a construção dos gráficos temporais apresentados nesta pesquisa.

Foram examinados seis indicadores principais descritos nos AEAT, a saber:

- Taxa de Incidência (por 1.000 vínculos);
- Taxa de Incidência de Doenças Ocupacionais (por 1.000 vínculos);
- Taxa de Incidência de Acidentes Típicos (por 1.000 vínculos);
- Taxa de Incidência de Incapacidade Temporária (por 1.000 vínculos);
- Taxa de Mortalidade (por 100.000 vínculos);
- Taxa de Letalidade (por 1.000 acidentes).

Cada um desses indicadores é calculado com base em fórmulas específicas e tem como objetivo mensurar a exposição dos trabalhadores aos riscos decorrentes de suas atividades profissionais, conforme definido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2012-2022).

A Taxa de Incidência, expressa por mil vínculos, mede a frequência com que ocorrem acidentes de trabalho, relacionando o número total de casos ao número médio de trabalhadores potencialmente expostos aos riscos.

A Taxa de Incidência de Doenças Ocupacionais, também por mil vínculos, quantifica os casos em que trabalhadores desenvolveram doenças associadas diretamente às condições de trabalho, conforme previsto no Regulamento de Benefícios da Previdência Social.

A Taxa de Incidência de Acidentes Típicos considera exclusivamente os acidentes diretamente relacionados à natureza das tarefas executadas pelos trabalhadores.

Já a Taxa de Incidência de Incapacidade Temporária se refere aos acidentes que resultam na impossibilidade temporária de o trabalhador exercer suas funções habituais.

A Taxa de Mortalidade, expressa por 100.000 vínculos, indica a frequência de óbitos causados por acidentes de trabalho.

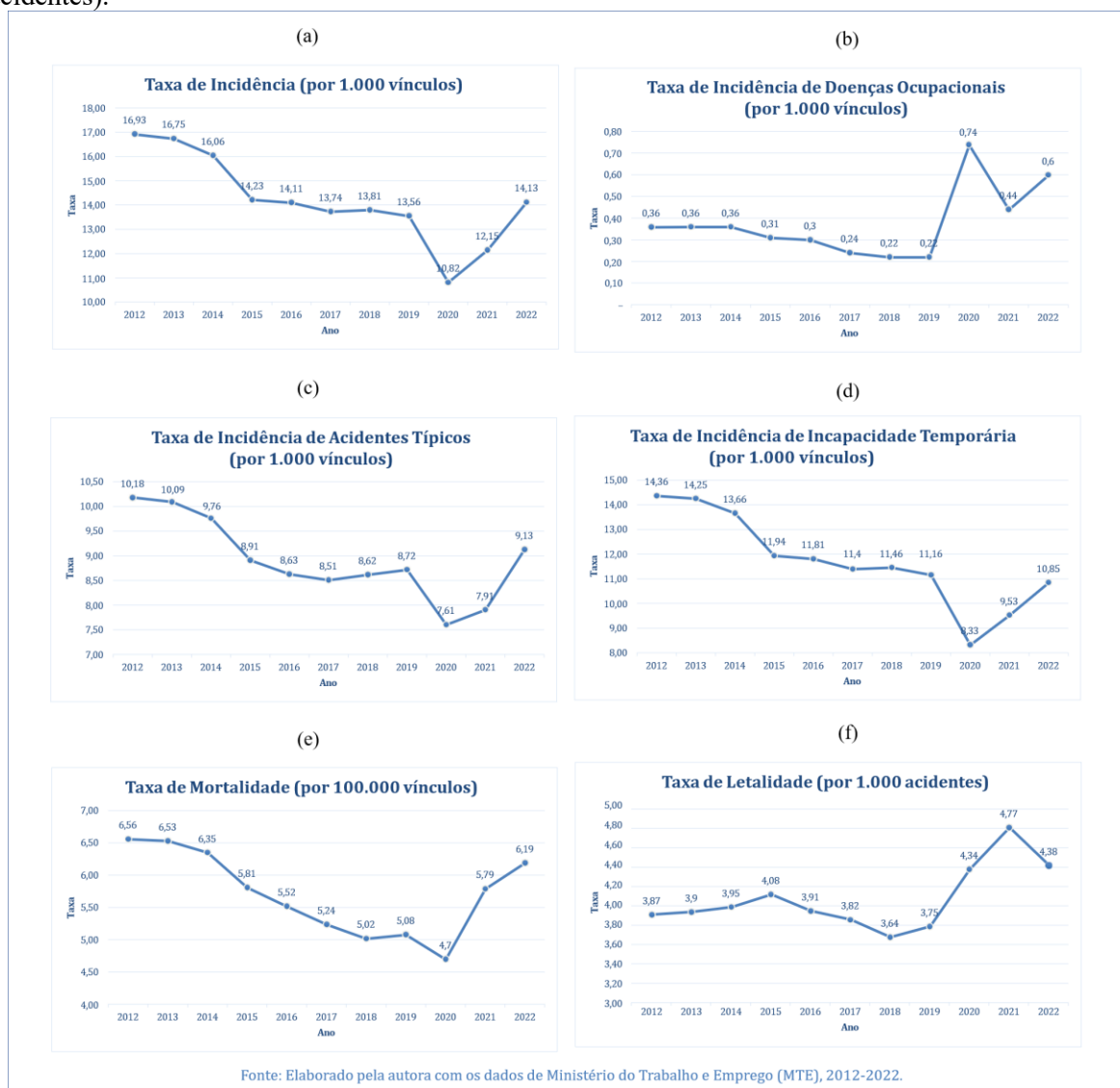
Por fim, a Taxa de Letalidade, por sua vez, relaciona o número de mortes ao total de acidentes ocorridos, oferecendo uma medida da gravidade dos eventos registrados.

Essa abordagem permitiu uma análise detalhada da evolução dos acidentes de trabalho no Brasil ao longo de uma década.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na metodologia adotada, os resultados obtidos são apresentados a seguir. O gráfico referente à Taxa de Incidência (por 1.000 vínculos), ilustrado na Figura 1 (a), revela uma redução significativa no número de acidentes de trabalho entre os anos de 2012 e 2015. No período seguinte, de 2015 a 2019, as oscilações foram menos acentuadas, indicando certa estabilidade nos índices. Em 2020, entretanto, observou-se uma queda abrupta no indicador, coincidindo com o início da pandemia de COVID-19 no Brasil. Esse comportamento pode estar associado às medidas de isolamento social e ao regime de *home office* adotado por diversas empresas, que reduziram a presença física dos trabalhadores nos ambientes laborais.

Figura 1. Indicadores de acidente do trabalho no Brasil. (a) Taxa de Incidência (por 1.000 vínculos); (b) Taxa de Incidência de Doenças Ocupacionais (por 1.000 vínculos); (c) Taxa de Incidência de Acidentes Típicos (por 1.000 vínculos); (d) Taxa de Incidência de Incapacidade Temporária (por 1.000 vínculos); (e) Taxa de Mortalidade (por 100.000 vínculos); e (f) Taxa de Letalidade (por 1.000 acidentes).



A análise da Taxa de Incidência de Doenças Ocupacionais (por 1.000 vínculos), representada na Figura 1 (b), evidencia uma tendência de queda entre os anos de 2012 e 2019, com variações pouco

expressivas ao longo desse período. No entanto, em 2020, observou-se um aumento marcante nesses registros, com um índice aproximadamente 3,4 vezes superior ao do ano anterior. Já em 2021, o número voltou a apresentar uma queda significativa. Apesar disso, em 2022 houve nova elevação no indicador, o que acende um sinal de alerta quanto à necessidade de intensificar as ações voltadas à prevenção e à segurança no ambiente de trabalho.

A Figura 1 (c) apresenta o gráfico correspondente à Taxa de Incidência de Acidentes Típicos (por 1.000 vínculos). A partir da análise dos dados, observa-se uma tendência de redução entre os anos de 2012 e 2017. No entanto, esse comportamento se inverte a partir de 2017, quando os índices passam a registrar um leve crescimento até 2019. Em 2020, mais uma vez, verifica-se uma queda acentuada nos valores, repetindo o padrão observado nos demais indicadores e possivelmente refletindo os efeitos das medidas de isolamento social adotadas durante a pandemia. Nos anos subsequentes, contudo, a incidência voltou a crescer, o que levanta preocupações quanto ao aumento da exposição dos trabalhadores a situações de risco.

A Figura 1 (d) ilustra os dados referentes à Taxa de Incidência de Incapacidade Temporária (por 1.000 vínculos). De forma semelhante ao comportamento observado na incidência de acidentes típicos, este indicador apresentou uma trajetória de queda entre 2012 e 2017. Em 2018, foi registrado um leve aumento, seguido por nova redução em 2019. Já em 2020, os dados revelam uma queda acentuada em relação ao ano anterior, o que pode estar relacionado ao contexto da pandemia. Nos anos de 2021 e 2022, entretanto, observa-se uma retomada do crescimento nos índices, sinalizando um possível agravamento nas condições de trabalho ou na exposição dos trabalhadores a riscos que resultam em afastamentos temporários.

A Figura 1 (e) apresenta o gráfico da Taxa de Mortalidade (por 100.000 vínculos), que demonstra uma tendência de declínio entre os anos de 2012 e 2018. Em 2019, o indicador registrou um discreto aumento, seguido por nova redução em 2020. No entanto, nos anos de 2021 e 2022, observa-se uma retomada no crescimento da taxa, o que acende um sinal de alerta em relação às condições de segurança nos ambientes de trabalho, evidenciando a necessidade de intensificação de medidas preventivas e políticas de proteção ao trabalhador.

A Figura 1 (f) apresenta os dados da Taxa de Letalidade (por 1.000 vínculos). Os resultados indicam uma tendência de aumento no período de 2012 a 2015, seguida por uma fase de declínio entre 2015 e 2018. No entanto, entre 2018 e 2021, observou-se um crescimento expressivo do índice, culminando em seu ponto mais alto em 2021. Em 2022, houve uma redução na taxa, o que pode sugerir um possível avanço nas medidas de prevenção ou uma diminuição na gravidade dos acidentes registrados.

Diante dos dados analisados, observa-se que, embora alguns indicadores tenham apresentado tendência de queda em determinados períodos, especialmente entre 2012 e 2017, os anos mais recentes revelam um cenário preocupante com o crescimento de diversos índices. As oscilações ocorridas em 2020, claramente influenciadas pela pandemia da COVID-19, não foram suficientes para sustentar uma tendência de melhoria nas condições de trabalho nos anos subsequentes. Ao contrário, o aumento de alguns indicadores em 2021 e 2022 reforça a necessidade de fortalecer as políticas de saúde e segurança no trabalho, com foco na prevenção de riscos, proteção dos trabalhadores e promoção de ambientes laborais mais seguros e saudáveis.

## CONCLUSÃO

A análise dos dados sobre os acidentes de trabalho no Brasil, no período de 2012 a 2022, revela avanços pontuais na redução de alguns indicadores, especialmente até 2017. Contudo, os resultados mais recentes indicam um cenário de atenção, com crescimento preocupante em todas as taxas, exceto doenças ocupacionais e letalidade. As oscilações abruptas observadas em 2020, influenciada pela pandemia da COVID-19, não se sustentaram nos anos seguintes, evidenciando que as melhorias pontuais foram circunstanciais e não decorrentes de políticas estruturadas e permanentes.

Portanto, o cenário atual evidencia a necessidade urgente de intensificar ações preventivas e políticas de segurança no trabalho, visando à proteção da saúde dos trabalhadores e à construção de ambientes laborais mais seguros.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976. Dispõe sobre o seguro de acidentes de trabalho a cargo do INPS e dá outras providências. Diário Oficial da União 1976; 21 out.
- BRASIL. s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador>. Acesso: 25 de maio de 2024.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: AEAT 2012. v. 1. Brasília: MTE, 2012.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: AEAT 2013. v. 1. Brasília: MTE, 2013.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: AEAT 2014. v. 1. Brasília: MTE, 2014.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: AEAT 2015. v. 1. Brasília: MTE, 2015.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: AEAT 2016. v. 1. Brasília: MTE, 2016.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: AEAT 2017. v. 1. Brasília: MTE, 2017.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: AEAT 2018. v. 1. Brasília: MTE, 2018.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. 2019. Disponível em: [https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador/acidente\\_trabalho\\_incapacidade/arquivos/aeat-2019-versao-online/aeat-2019](https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador/acidente_trabalho_incapacidade/arquivos/aeat-2019-versao-online/aeat-2019). Acesso: 25 de maio de 2024.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador/acidente\\_trabalho\\_incapacidade/arquivos/AEAT\\_2020/aeat-2020](https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador/acidente_trabalho_incapacidade/arquivos/AEAT_2020/aeat-2020). Acesso: 25 de maio de 2024.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador/acidente\\_trabalho\\_incapacidade/arquivos/copy\\_of\\_AEAT\\_2021/aeat-2021](https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador/acidente_trabalho_incapacidade/arquivos/copy_of_AEAT_2021/aeat-2021). Acesso: 25 de maio de 2024.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador/acidente\\_trabalho\\_incapacidade/arquivos/copy2\\_of\\_AEAT\\_2022/aeat-2022](https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador/acidente_trabalho_incapacidade/arquivos/copy2_of_AEAT_2022/aeat-2022). Acesso: 25 de maio de 2024.
- RODRIGUES JUNIOR, A. S.; OLIVEIRA, C. B.; SILVA, N. M. A. M.; PANZARIELLO, M. G.; SANTOS JUNIOR, C. A. R. Engenharia de Segurança do Trabalho: Sua Relevância na Construção Civil. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, n. 9, v. 4, 2023. p. 781–791.
- Tribunal Superior do Trabalho. 2022. Disponível em: <https://tst.jus.br/web/trabalhoseguro>. Acesso: 25 de maio de 2024.
- TRT da 4ª Região (RS). Tribunal Regional do Trabalho. 2022. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/501143>. Acesso: 25 de maio de 2024.